



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

BRAGA

**Gestão da Sustentabilidade em Turismo: o caso da
Guiné-Bissau**

Dissertação de Mestrado apresentada à
Universidade Católica Portuguesa para
obtenção do grau de mestre em **Turismo**,
especialização em **Administração e Gestão
do Turismo**.

Umaro Paizinho Cassamá

Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais

NOVEMBRO 2022



CATÓLICA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

BRAGA

**Gestão da Sustentabilidade em Turismo: o caso da
Guiné-Bissau**

Dissertação de Mestrado apresentada à
Universidade Católica Portuguesa para
obtenção do grau de mestre em **Turismo**,
especialização em **Administração e Gestão
do Turismo**.

Umaro Paizinho Cassamá

Sob a Orientação da Prof.^a Doutora Carla Pinto
Cardoso

Dedicatória

Dedico esta dissertação aos meus pais, Malam Cassamá, já falecido e a minha mãe Tombom Injai.

Dedico também ao meu padrinho, Ildfonso José Semedo Garcia, aos meus tios, Mussa Cassamá (já falecido) e Rui Cassamá e ao senhor, Seco Nhabali e sua esposa Seini Biai, que sempre me trataram como se fosse o filho biológico deles.

Agradecimentos

À professora Dra. Carla Pinto Cardoso, pela sua aceitação e disponibilidade como a minha orientadora, colaboração e envolvimento neste estudo sem a qual seria difícil a sua materialização.

Aos meus amigos e colegas da Residência Universitária Católica de Braga de ano 2016 até os do ano presente, pelo incentivo e motivação.

Ao meu grande amigo Suleimane Cante, vulgo (Ziguer), que sempre me acompanhou ao longo do meu percurso académico, a sua contribuição moral foi fundamental na minha tranquilidade mental.

Ao meu irmão Nua Nhabali, pelo apoio moral que tem demonstrado ao longo do meu percurso académico.

Ao senhor, Teli Uri Sow, funcionário do Instituto da Biodiversidade e Áreas Protegidas (IBAP) na Guiné-Bissau, pela sua disponibilidade e colaboração na entrevista que tivemos sobre um trabalho relativamente ao meu primeiro ano de mestrado, quando estive de férias em Bissau nos meses de janeiro e fevereiro de 2021.

Agradeço aos meus professores da licenciatura e do mestrado da Universidade Católica Portuguesa, em Braga.

“A sustentabilidade dos recursos naturais e culturais não pode resultar de esforços isolados, levados a cabo por agentes locais independentes, mas sim, pela cooperação e a colaboração que tem de ser um desígnio comum partilhado por todos”.

Ricardo Jorge da Costa Guerra (2018, pp. 96-97)

Resumo

O desenvolvimento sustentável do turismo tornou-se nos dias de hoje uma prioridade da Organização Mundial do Turismo (UNWTO) e um desafio para a maioria dos destinos a nível mundial, sobretudo numa altura em que o crescimento do Turismo tem estado a ser repensado.

A Guiné-Bissau não pode ficar para trás neste grande desafio mundial, que passa pela preservação ambiental e pelo compromisso com uma coesão económica territorial dos destinos e a valorização das suas comunidades. Para isto, são necessários novos modelos de gestão, alicerçados nos princípios da sustentabilidade que implicam preocupações ambientais, sociais e económicas.

O presente estudo recorreu a um conjunto de fontes secundárias que permitiram caracterizar a Guiné-Bissau enquanto destino turístico e desenvolveu um exercício de auscultação junto dos guineenses sobre a perceção da Guiné-Bissau enquanto destino sustentável, são no total 69 respondentes ao questionário. Os dados recolhidos permitiram elaborar uma matriz SWOT à Guiné-Bissau e apresentar um conjunto de recomendações e ações para desenvolver da Guiné-Bissau com vista a uma gestão sustentável do destino.

Nesta dissertação o autor espera concretizar o seu o sonho, que é de poder dar um contributo para um turismo responsável e sustentável na Guiné-Bissau, o país que viu o autor nascer. É importante criar campanhas de promoção do potencial turístico da GB, uma campanha muito importante é procurar os clubes que podem ajudar a elevar o nome do país nas camisolas, isto está a acontecer por exemplo, com a Ruanda nas camisolas do Paris Saint Germain e Arsenal “Visit Rwanda” a campanha da GB pode ser assim Visit Guinea-Bissau.

Palavras-chave:

Turismo; Sustentabilidade; Desenvolvimento turístico; Guiné-Bissau.

Abstract

The sustainable development of tourism has now become a priority of the World Tourism Organization (UNWTO) and a challenge for most destinations worldwide, especially at a time when tourism growth has been being rethought.

Guinea-Bissau cannot be left behind in this great global challenge, which involves environmental preservation and a commitment to territorial economic cohesion of destinations and the valorization of their communities. This is what new management models are needed, based on the principles of sustainability that involve environmental, social and economic concerns.

The present study used a set of secondary sources that allowed the characterization of Guinea-Bissau as a tourist destination and developed an exercise of auscultation with guineans on the perception of Guinea-Bissau as a sustainable destination, a total of 69 respondents to the questionnaire. The data collected made it possible to present a set of recommendations and actions to develop Guinea-Bissau with a view to sustainable management of the destination.

In this dissertation the author hopes to realize his dream, which is to be able to make a contribution to responsible and sustainable tourism in Guinea-Bissau, the country that saw the author born. It is important to create campaigns to promote gb's tourism potential, a very important campaign is to look for clubs that can help raise the name of the country in the jerseys, this is happening for example, with Rwanda in the jerseys of Paris Saint Germain and Arsenal "Visit Rwanda" the GB campaign can thus be Visit Guinea-Bissau.

Keywords:

Tourism; Sustainability; Tourism development; Guinea-Bissau.

Lista de siglas, acrónimos e abreviaturas:

GB: Guiné-Bissau.

IBAP: Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas.

MTA: Ministério de Turismo e Artesanato.

OMT: Organização Mundial de Turismo.

OI: Organização Internacional.

ONGs: Organizações não governamentais.

ONU: Organização das Nações Unidas.

PALOP: Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

PEGB-TR: Plano Estratégico Guiné-Bissau, “Terra Ranka”.

PIB: Produto Interno Bruto.

RAMSAR: Zona Húmida de Importância Internacional.

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

UNWTO: Organização Mundial de Turismo.

Índice

Capítulo I – Introdução	13
1.1. Tema e Relevância.....	13
1.2. Justificação da escolha do tema.....	13
1.3. Problema e objetivos do estudo.....	14
1.4. Metodologia.....	14
1.5. Estruturação do estudo.....	15
Capítulo II – Enquadramento Teórico	16
2.1. Introdução.....	16
2.2. Turismo sustentável.....	16
2.3. Oportunidades e desafios do turismo.....	21
2.4. Desafios da governança pública e privada com vista ao turismo sustentável.....	23
2.4.1. Procura turística.....	24
2.4.2. Oferta turística.....	24
2.5. A importância do trabalho colaborativo.....	25
2.6 Ferramentas estratégicas de apoio ao planeamento.....	27
2.6.1. PEST-E.....	27
2.6.2. Análise SWOT.....	28
2.7. Conclusão.....	29
Capítulo III- Metodologia	30
3.1. Introdução.....	30
3.2. Processo de pesquisa.....	30
3.3. Conclusão.....	32
Capítulo IV - Estudo de Caso da Guiné-Bissau	33
4.1. Introdução.....	33
4.2. Caracterização geral da Guiné-Bissau.....	33

4.3. Atividade Económica na Guiné-Bissau.....	35
4.3.2. Recursos da Guiné-Bissau.....	35
4.2.1.1. Oportunidades.....	40
4.4. Constrangimentos.....	41
Capítulo V - Resultados e análise dos questionários.....	44
5.7. Conclusão.....	54
Capítulo VI – Considerações Finais.....	55
6.1. Recomendações.....	56
6.2. Limitações do estudo.....	57
6.3. Sugestões para pesquisas futuras.....	58
Referências Bibliográficas.....	59

Índice de Tabelas

Tabela 1: Pilares/princípios do Desenvolvimento Sustentável.....	20
Tabela 2: Fatores da análise PEST.....	21
Tabela 3: Modelo da análise SWOT.....	28
Tabela 4: Análise SWOT sobre a GB.....	29
Tabela 5: Sugestões obtidas.....	52

Índice de Figuras

Figura 1: Sistema funcional de turismo.....	24
Figura 2: Mapa da Guiné-Bissau.....	34

Índice de Gráficos

Gráfico 1.....	44
Gráfico 2.....	45
Gráfico 3.....	45
Gráfico 4.....	46
Gráfico 5.....	46
Gráfico 7.....	47
Gráfico 8.....	48
Gráfico 9.....	49
Gráfico 10.....	50
Gráfico 11.....	51
Gráfico 12.....	51

Capítulo I – Introdução

O presente capítulo apresenta o tema desenvolvido nesta investigação, o problema, os principais objetivos (geral e específicos) do estudo, bem como os procedimentos metodológicos e o desenho estrutural aplicado na dissertação.

1.1. Tema e Relevância

O tema desta dissertação é a Gestão da Sustentabilidade em Turismo: o caso da Guiné-Bissau (GB).

Tendo em conta o potencial natural e cultural turístico da Guiné-Bissau, bem como a necessidade de auxiliar o processo de desenvolvimento socioeconómico e o relançamento da economia do país, a adoção de um modelo de gestão sustentável para o Turismo mereceu uma atenção especial.

1.2. Justificação da escolha do tema

As razões da escolha do tema prende-se, essencialmente, com a importância que o turismo pode ter para o bem-estar da comunidade local e diminuição da pobreza na GB e com o facto da GB ser o país de origem do autor deste estudo que deseja aproveitar as formações e os estudos desenvolvidos na área do turismo para elaborar um estudo que possa contribuir para que o seu país ganhe um rumo de desenvolvimento.

Reconhece-se que apesar do potencial turístico da Guiné-Bissau, com as suas 88 ilhas, ainda há muito trabalho que pode ser feito, para tornar num dos países do continente africano de referência em termos turísticos. Refira-se que existem países em África com menos potencial turístico, mas que com uma aposta mais séria no turismo têm conseguido obter um maior nível de desenvolvimento, quando comparado com a GB.

1.3. Problema e objetivos do estudo

Este estudo procura responder à seguinte questão: de que modo o turismo poderá contribuir para o desenvolvimento da Guiné-Bissau, definindo-se o seguinte objetivo geral:

- Dar um contributo académico para que o setor de turismo na GB possa fomentar a sustentabilidade da Guiné-Bissau do ponto de vista social, ambiental e económico.

Para o efeito, considerou ainda como objetivos específicos os seguintes:

- Caracterizar a procura e a oferta turística da GB com vista a identificar as potencialidades e constrangimentos da GB enquanto destino turístico;
- Identificar um conjunto ações e recomendações que possam gerar riqueza para o país, através de um turismo de qualidade, responsável e inclusivo;
- Aumentar a notoriedade internacional do turismo da GB enquanto destino turístico.

Espera-se assim que este estudo, além de mostrar o potencial da Guiné-Bissau, as suas atrações turísticas, o seu património natural e cultural, gastronomia e costumes, possa ainda contribuir para o desenvolvimento do Turismo que valorize a comunidade local e responda, de forma fidedigna, às necessidades do país e da sua população.

1.4. Metodologia

Para a elaboração deste estudo foi feita uma pesquisa bibliográfica sobre os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável e foram ainda recolhidos dados secundários sobre a procura e oferta turística da GB. Para o levantamento de dados primários, que suportaram o trabalho empírico, foi realizado o inquérito aos guineenses com vista a auscultar a sua perceção sobre a sustentabilidade e o desenvolvimento do turismo na GB. O inquérito foi realizado via online.

1.5. Estruturação do estudo

O estudo está estruturado em seis capítulos.

O primeiro capítulo é dedicado à introdução onde é apresentado o tema, o problema e objetivos (geral e específicos) do estudo. Os procedimentos metodológicos e o desenho estrutural aplicado na dissertação são também identificados.

O segundo capítulo será destinado ao enquadramento teórico, sendo feita, numa primeira parte, uma revisão de literatura dos conceitos centrais de turismo sustentável e da importância de um modelo de gestão sustentável e numa segunda parte, uma revisão conceitual do funcionamento do turismo.

A metodologia será apresentada e justificada no terceiro capítulo.

O quarto capítulo introduz o estudo de caso da GB, começando por apresentar uma caracterização da GB enquanto destino turístico.

No quinto capítulo serão apresentados e discutidos os resultados obtidos nos inquéritos.

No último capítulo serão discutidas as principais conclusões, terminando com a indicação das limitações do trabalho e sugestões de pesquisas futuras.

Capítulo II – Enquadramento Teórico

2.1. Introdução

O presente capítulo apresenta um enquadramento teórico que resultou da consulta bibliográfica das obras sobre o turismo sustentável nacional e internacional que permitiram identificar os conceitos centrais do estudo, bem como fundamentar o modelo de estudo para o caso do turismo da Guiné-Bissau.

2.2. Turismo sustentável

O conceito de turismo parecia ter apresentado uma definição fácil, e nos dias de hoje parece apresentar uma complexidade, uma vez que nas nossas sociedades, as pessoas acreditam que o turismo é sinónimo de viajar, desfrutar de lazer e de férias. Mas, o conceito de turismo é muito mais do que se define, e ainda pode ser definido por inúmeros processos e panoramas académicas. Neste contexto, destaca-se o conceito de Turismo sustentável.

Segundo Brito (2015, p. 25):

“o conceito de turismo sustentável obriga-nos a uma reflexão, ainda que sumária, sobre o passado conceptual e prático do próprio turismo. Não poderemos falar deste conceito, e da sua ligação às exigências de um determinado modelo de desenvolvimento turístico, sem previamente referir o próprio conceito de turismo, e também as dinâmicas da atividade turística, cujo comportamento evolutivo ascendente conduziu a uma dimensão justificadora das preocupações subjacentes ao repensar as práticas turísticas e, por inerência, dos conceitos a elas associados”.

Na mesma linha de pensamento, Matias e Sardinha (2008, p. 144) referem que o turismo sustentável pode ser definido como “o turismo que é economicamente viável, mas não destrói os recursos de que o turismo vai depender no futuro, nomeadamente, o ambiente físico, ambiental e tecido social da comunidade receptora” Esta concepção evidencia que o turismo sustentável passa pela necessidade de um turismo fulcral no ponto de vista económico, mas que deve levar em consideração a proteção dos recursos naturais e culturais.

Na realidade, um turismo sustentável tem uma preocupação pelas questões ambientais e pelo bem-estar da comunidade local, sem pôr em risco as suas vidas e da geração vindoura, isto passa por um turismo de desenvolvimento a longo prazo.

Neste sentido, a Organização Mundial do Turismo, acredita que o turismo é um elemento importante para o desenvolvimento das zonas rurais, contribuindo com recursos económicos que melhoram a vida das comunidades rurais ou locais.

Por outro lado, o conceito da sustentabilidade deve ter vários objetivos para ter sucesso. De acordo com, Lane (2004), os objetivos do conceito da sustentabilidade podem ser:

- a) Sustentar a cultura e as características da comunidade acolhedora;
- b) Sustentar a paisagem e a biodiversidade;
- c) Sustentar a economia rural;
- d) Sustentar uma indústria turística viável a longo prazo.

Para isso, conforme refere, é necessário liderança e visão entre os decisores políticos, bem como um trabalho contínuo para desenvolver uma economia rural equilibrada e diversificada.

Matias e Sardinha (2008, p. 145), sobre este tema, acrescentam:

“quando se usa o termo “recursos rurais” deve-se integrar uma grande variedade de elementos que podem ser introduzidos num produto turístico complexo, incluindo produtos agrícolas (antigos e modernos, alimentares e não alimentares), recursos paisagísticos, parques naturais e áreas protegidas, fauna e flora, rios e lagos, montanhas e vales, rochas e minerais, águas medicinais, património cultural (arquitetura popular, monumentos e igrejas, património arqueológico, tradições, mercados, festividades e peregrinações, teatro popular e poesia), e outros elementos que reflitam o estilo de vida existente no ambiente rural e que possam ter possibilidade para virem a tornar-se atrações turísticas”.

Os recursos rurais apresentam uma grande variedade de fatores acima apresentados, estes fatores devem ser levados em consideração para um turismo sustentável a longo prazo, e estes elementos não devem ser desvalorizados, porque fazem parte de uma atração turística, ou seja, são

elementos que caracterizam um potencial turístico de uma certa comunidade.

Ainda nesta linha de pensamento, Wilson et al. (2001), acrescentam um conjunto de outros fatores que contribuem para o desenvolvimento de um turismo bem-sucedido, nomeadamente:

- a) Atrações: as naturais e as produzidas pelo homem tanto as adjacentes como as pertencentes à comunidade;
- b) Promoção: o marketing de uma comunidade e as suas atrações turísticas aos potenciais turistas;
- c) Infraestruturas turísticas: infraestruturas de acesso (estradas, aeroportos, comboios e autocarros) serviços de água e eletricidade, estacionamento, sinalização e infraestruturas de recreio;
- d) Serviços: alojamento, restaurantes e os vários negócios a retalho que são necessários para cuidar das necessidades dos turistas;
- e) Hospitalidade: como turistas são tratados tanto por residentes como pelos funcionários dos negócios turísticos e atrações.

Todos estes elementos têm um impacto positivo na construção de um destino turístico sustentável, contribuindo, por um lado, para o bem estar das comunidades locais, e por outro lado, para a dinâmica dos visitantes no que diz respeito ao lazer.

De acordo com Romão (2013, p. 57), citando as orientações da Comissão Europeia em diferentes documentos ao longo da última década (2007; 2006) e também de outras entidades, como o Secretariado da Convenção Sobre Diversidade Biológica (2004), “o turismo é, simultaneamente, um setor de atividade económica importante e de rápido crescimento, mas também uma fonte de pressão para os ecossistemas mais frágeis, o que implica um planeamento cuidado, de modo a garantir que benefícios a curto prazo não impliquem importantes consequências negativas a longo prazo, não apenas para o ambiente e diversidade biológica, mas também sobre atratividade do turismo regional”.

Entende-se assim que o turismo seja uma atividade económica de rápido crescimento, mas que merece uma especial atenção para os ecossistemas sensíveis. De facto, é necessário um planeamento cuidado, para não haver

consequências catastróficas no futuro, não só para questões ambientais e biológicas, mas também sobre a atratividade do turismo regional.

Romão (2013) cita ainda o papel da UNESCO, a organização responsável pela classificação de Património Mundial, reforçando que esta organização “também define de forma clara a preocupação com a sustentabilidade do turismo, desde a assinatura da Convenção sobre a proteção do Património Mundial Cultural e Natural (Paris, 1972)”. Refere ainda que a UNESCO alerta os países no sentido de conhecerem o que devem fazer, como preservar, proteger e preocupar com as gerações vindouras no que diz respeito ao património natural e cultural inseridos nos seus territórios. Deste modo, a UNESCO faz os países terem uma preocupação cuidadosa com o nosso planeta, sobre as mudanças climáticas, questões ambientais, físicas e capacidade de carga.

No mesmo sentido, outras organizações têm chamado a atenção para a necessidade de um turismo sustentável. A Organização Mundial do Turismo (UNWTO, a agência especializada das Nações Unidas para o Turismo), por exemplo, alerta os países para adoção de políticas de gestão e salvaguarda do desenvolvimento do turismo sustentável e com as questões da sustentabilidade dos processos de desenvolvimento.

Também a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (2018, p. 6), refere que:

"As projeções da Organização Mundial do Turismo (UNWTO) revelam que o turismo continuará a crescer até 2030 de forma muito significativa, fomentando inúmeras oportunidades de investimento a nível internacional em toda a cadeia de valor do setor. A Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) proclamou 2017 como o ano Internacional do Turismo Sustentável, procurando mobilizar investidores, comunidades decisoras para planos e projetos que possam sustentar, valorizar e melhorar toda a atividade turística. O turismo sustentável é, assim, um dos mais ambiciosos e importantes desafios do turismo internacional e é, também, uma das mais vincadas tendências do setor, mobilizando e influenciando decisivamente nas decisões das novas gerações de viajantes”.

O turismo sustentável é um setor fundamental para a vida das pessoas, tanto para a comunidade local e bem como para os turistas/viajantes. Por isso, deve haver uma cuidadosa planificação dos recursos. Citando, a OMT, pode concluir-se que:

“O desenvolvimento do turismo sustentável atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e aumenta as oportunidades para o futuro. É visto como um fio

condutor para a gestão de todos os recursos, de tal forma que as necessidades económicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida”. (OMT, 1998).

Com vista a uma visão sumária dos princípios da sustentabilidade, apresentamos na Figura 1 uma síntese desses princípios.

Tabela 1: Pilares/princípios do Desenvolvimento Sustentável

<p>Sustentabilidade Económica</p>	<p>Assegura que o desenvolvimento economicamente é eficiente e os recursos são gerados de forma a servirem as gerações vindouras (tal forma que fica garantida a sua utilização pelas gerações futuras). Implica a criação de prosperidade nos diferentes níveis da sociedade. Visa, fundamentalmente, promover a viabilidade das empresas e das suas atividades e a sua capacidade de laboração no longo prazo. Isto é, assegura o emprego e os níveis satisfatórios de rendimento associados a um controlo sobre os custos e benefícios dos recursos que garantem a continuidade para as gerações futuras. É o princípio da solidariedade.</p>
<p>Sustentabilidade Ambiental/ecológica</p>	<p>Assegura que o desenvolvimento é compatível com a manutenção dos processos ecológicos (biológicos) essenciais e a diversidade biológica. Implica a conservação e gestão dos recursos, especialmente os não renováveis e que são fundamentais para a subsistência. Requer atuações para reduzir a contaminação do ar, da Terra e da água e para conservar a diversidade biológica e o património natural. É o princípio da precaução.</p>

<p>Sustentabilidade Sociocultural</p>	<p>Assegura que o desenvolvimento melhora o controlo das pessoas sobre as suas vidas (destinos), é compatível com a cultura e com os valores das pessoas. Implica o respeito pelos direitos humanos e igualdade de oportunidades para toda a sociedade. Requer uma distribuição justa dos benefícios, centrado na redução da pobreza.</p> <p>Centra-se principalmente nas comunidades locais e na manutenção e reforço dos seus sistemas de subsistência e no reconhecimento e respeito pelas diferentes culturas, evitando qualquer forma de exploração. É o princípio da participação.</p>
---------------------------------------	---

Fonte: OMT: PNUMA (*cit in* Vieira, 2007; Fazenda, 2011; Cunha, 2013, 2017; Sampaio. 2017).

Os princípios do desenvolvimento sustentável acima abordados, sustentabilidade económica, sustentabilidade ambiental/ecológica e sustentabilidade sociocultural, em resumo, mostram que é importante uma solidariedade de todos para fazer face às ameaças como alterações climáticas, pobreza, bem como uma maior preocupação com a preservação dos recursos naturais e culturais. Assim, poderemos ter emprego, uma vida saudável onde as comunidades locais e como as gerações vindouras não serão ameaçadas por situações constrangedoras e catastróficas.

2.2. Oportunidades e desafios do turismo

De acordo com Nunes (2008, pp. 36-38), “ao mesmo tempo que o turismo pode trazer abundantes e benefícios, existem riscos potenciais e efeitos sobre os quais as comunidades devem estar alertas e preparadas para os evitar”. As principais ameaças são de natureza económica, sociocultural e ambiental.

No domínio económico, tal como o autor refere, às receitas geradas pelo turismo estão dependentes, entre outros, de fatores económicos, políticos e sociais (poder de compra, segurança e estatuto social local). Além disso, pode haver situações que podem reduzir os valores e o poder de compra de visitantes estrangeiros e encorajar os cidadãos nacionais a viajar fora do país. Também a procura pode ser sazonal e variável em ciclos semanais, com impactos importantes na empregabilidade. O autor refere ainda as crises económicas em países emissores de visitantes que afetam os negócios turísticos (mas não só) de países recetores na escala da sua intensidade e duração. Acrescenta ainda que são necessárias estruturas e atividades preparadas para todas as possibilidades meteorológicas e destaca o aumento da pressão em infraestruturas de transportes (estradas, estacionamento).

No domínio ambiental destacam-se as potenciais viragens na escolha de destinos resultantes de mudanças nas características do clima da região e ocorrências externas no clima. Além disso, o Turismo pode aumentar a pressão sobre ambientes locais sensíveis, necessitando de esforços efetivos de gestão de visitantes (sobre exploração de recursos endógenos);

No domínio sociocultural, Nunes (2008) chama a atenção para o facto do turismo poder afigurar-se um setor pouco atraente na ótica de quem procura emprego, devido a tipologia de trabalho temporário, sazonal e com horários não convencionais. Refere igualmente que existe um risco de se perder a autenticidade local de expressões socioculturais como consequência do desenvolvimento e investimento no turismo globalizado.

Compreende-se, assim, que os desafios alcançados pelas oportunidades de desenvolvimento no setor turístico devem ser tratados de maneira efetiva, refletindo-se posteriormente no planeamento das entidades que o promovem.

O turismo é um setor diversificado e, portanto, deste modo, a sua coordenação é complexa e em constante dinâmica.

É necessário investimento permanente no setor do turismo e uma especial atenção das autoridades.

2.3. Desafios da governança pública e privada com vista ao turismo sustentável.

A integração do desenvolvimento do turismo sustentável tornou-se uma prioridade nas estratégias globais de desenvolvimento económico, social e ambiental, nos mais variados destinos. Na realidade, tem-se verificado em vários destinos, a adoção de políticas setoriais integradas e coerentes a todos os níveis da atividade económica, bem como a realização de acordos multilaterais nos mais variados domínios.

No domínio económico, destaca-se a adoção de modelos de planeamento participado, especificamente para destinos turísticos, nomeadamente ao nível regional. Um bom exemplo disso é a Agenda 21, adotada em Portugal, através da qual os cidadãos, quer como consumidores, quer como trabalhadores, são convidados a dar contributos/sugestões no planeamento do destino. Romão, J. (2013).

No domínio ambiental, têm sido adotadas medidas que promovem a obrigação de comunicação sobre a responsabilidade das empresas e da prestação de contas em matéria de sustentabilidade, tanto no setor privado como no público.

Acresce referir que em ambos os domínios é fundamental a utilização de sistemas de monitorização e definição de indicadores da cadeia de valor da oferta e do desenvolvimento nos destinos.

Com vista a um melhor entendimento sobre o sistema funcional do turismo, apresenta-se em seguida um modelo usado por Abrantes e Cunha (2013) que de uma forma muito clara aborda o turismo enquanto sistema e os seus intervenientes.

2.4.Sistema Funcional do Turismo

O modelo funcional do Turismo proposto pelos autores Abrantes e Cunha (2013) e citado por Monteiro (2014), evidencia a procura e a oferta como componentes do turismo, salientando as características de cada uma destas componentes, tal como se pode verificar em seguida.

Figura 1: Sistema funcional de turismo

Procura

Oferta

Fonte: Adaptado de Abrantes e Cunha (2013).

2.4.1. Procura turística

Podemos entender a procura turística como um conjunto de possibilidades e serviços que são disponibilizados para satisfazer as viagens visitantes (turistas ou excursionistas).

Entende-se por turistas, os que passam a noite num destino, fora do seu local de residência, podendo ser nacionais ou estrangeiros: internacional e nacional. Por outro lado, os excursionistas não pernoitam no destino.

Nacional designa-se por doméstico, é quando uma pessoa, residente de um determinado país, viaja dentro do mesmo país e desfruta dos seguintes serviços como (hotéis, restaurantes, praias, parques e museus de artes e etc.) Enquanto internacional diz respeito ao estrangeiro, ou seja, é quando uma pessoa viaja do seu país onde está a sua residência para um outro país para um período de férias ou viagem de trabalho e não para a permanência ou imigração.

2.4.2. Oferta turística

A oferta turística é composta pelo conjunto de recursos de um determinado destino que conseguem atrair e contribuir com a finalidade de satisfazer as

necessidades dos turistas ou visitantes. (Andrade, 1999). Devido a sua natureza e estrutura, a oferta turística apresenta as seguintes características:

1. Não é possível ser armazenada;
2. Os seus recursos são permanentes, ou seja, não podem ser deslocados de um lado para outro, ou não podem ser separados em partes mais importantes, sem alterar no próprio conjunto do potencial;
3. Os seus recursos são estáveis e utilizados no próprio local, no qual são fabricados e distribuídos;
4. Geralmente não são adaptáveis, porque não dispõem de mudança ou habilidade suficiente para outra utilização, ao tentar adaptá-los pode ocorrer riscos de perder a sua característica ou forma;
5. Sensibilidade perante a concorrência e a vontade do cliente, porque são fáceis substituíveis e também dispensáveis.

A diversidade da procura turística tem a ver com o tipo das ofertas turísticas dos destinos turísticos.

O sucesso comercial tem a ver com a qualidade e o sentido da colaboração e dependem dos fatores relacionados com a oferta e com a prestação de serviços e bens da sua qualidade e dos seus preços.

2.5. A importância do trabalho colaborativo

Conforme refere Brito (2015, pp. 72 e 74):

“o produto turístico deve despertar o interesse de vários *stakeholders* e pode constituir uma base para as populações receptoras, sendo para tal necessário a coincidência entre os objetivos das instituições governamentais (incluindo as que defendem os interesses ambientais e culturais) e os dos vários operadores turísticos. O sistema deve ser concebido e planeado no respeito dos interesses de todos os intervenores e não somente dos interesses de algumas elites e atores internacionais.”

A mesma ideia é defendida por Costa (2006):

“os destinos turísticos devem ser planeados e geridos por modelos que privilegiam a atuação articulada do setor público e privado, nomeadamente no processo de tomada de decisão, e em que os cidadãos,

residentes e turistas, sejam auscultados e constituam o centro do processo de planeamento e de desenvolvimento turístico”.

Costa (2006) acrescenta ainda que os resultados devem ser planeados e monitorizados de forma a evitar as mudanças desnecessárias. A comunidade, principal receptora dos impactes, e as instituições relacionadas com o ambiente natural e cultural, detentoras do saber técnico, devem ser os principais interventores nesta etapa. Os lucros devem ser revestidos na preservação ambiental, em formação e em infraestruturas, que possibilitem um outro nível de turismo, valorizando o investimento dos turistas (BURNS, 2004a).

A questão dos recursos turísticos na sua relação com o desenvolvimento turístico, remete-nos para a questão dos produtos turísticos, para o seu enquadramento e rentabilização num contexto de sustentabilidade, no que diz respeito ao modelo que preside a sua conceção e utilização, mas também a complementaridade e ao contributo coletivo que dão para a diminuição da sazonalidade, um dos grandes obstáculos ao turismo sustentável, na maioria dos destinos.

O desenvolvimento e consolidação dos produtos turísticos estão intimamente ligados aos recursos turísticos de um determinado território. Ainda assim, existem produtos turísticos cujos recursos que lhe dão origem, longe dos convencionais, resultam sobretudo da criatividade humana e da necessidade de conceber estratégias que aumentem a atratividade do destino durante todo o ano.

Nestes casos, o planeamento revela-se imprescindível, pois só no âmbito de um processo holístico que promova a complementaridade entre produtos, zele pela qualidade das infraestruturas, equipamentos e serviço, pode existir uma solução de sucesso.

Face ao exposto podemos sublinhar que as especificidades de cada território, os fatores tangíveis e intangíveis que o diferenciam e influenciam, são fundamentais para o seu posicionamento global, para o seu sucesso, mas igualmente para a determinação das vias para o desenvolvimento turístico sobretudo num contexto de sustentabilidade.

2.6 Ferramentas estratégicas de apoio ao planeamento

No âmbito das estratégias de apoio ao planeamento turístico são de destacar as duas ferramentas mais comuns utilizadas na gestão: Análise PEST e análise SWOT, que podem ser instrumentos importantes para a tomada de decisão no âmbito do planeamento:

2.6.1. PEST-E

A análise PEST destaca-se por ser uma ferramenta que tem como objetivo identificar e caracterizar os vários fatores externos à organização, agrupados por tipologia que podem influenciar de forma direta ou indiretamente o bom funcionamento das empresas ou do desenvolvimento dos destinos. (Silva e Umbelino, 2017).

Segundo Silva (2011, p.21), a análise PEST-E apresenta um “modelo de análise da envolvente externa macro ambiental da organização”, este modelo está caracterizado em variáveis, nomeadamente: Políti

co-Legais, Económicas, Socioculturais e Tecnológicas.

- **Variáveis Político-Legais:** estabilidade governativa, legislação e regulamentação dos mercados, política fiscal, legislação laboral;

Variáveis Económicas: evolução do produto, taxas de juro, taxas de inflação, nível de desemprego, níveis salariais, custo da energia e de outros fatores produtivos;

- **Variáveis Socioculturais:** tendências demográficas, hábitos de consumo, estilos de vida, distribuição do rendimento, sistema educativo;
- **Variáveis Tecnológicas:** investimentos públicos e privados, velocidade de transferência de tecnologia.

Na tabela seguinte são apresentados os fatores mais comuns da análise PEST-E.

Tabela 2: Fatores da análise PEST-E

<p>Socioculturais: Taxa de crescimento da população; Distribuição etária da população; Fenómenos de opinião/moda; Hábitos de compras; Tipo de consumo; Mobilidade social.</p>	<p>Económicos: Taxa de juro; Nível do emprego; Ambiente económico genérico; Taxa de inflação; Fontes de financiamento; Incentivos ao setor empresarial; Política de rendimentos e aspetos sociais.</p>
<p>Político-Legais: Estabilidade política; Política internacional do governo; Regulamentação comercial; Regulamentação de proteção ambiental; Regulamentação técnica.</p>	<p>Tecnológicos: Investimento do governo nas novas tecnologias; Influência da tecnologia no mercado; Velocidade de transferência de tecnologia; Influência da tecnologia na produção.</p>
<p>Ambientais: Levar em conta as questões ambientais em todas as atividades turísticas;</p> <p>Os operadores e parceiros turísticos devem preocupar-se sempre com a promoção e valorização das questões ambientais.</p>	

Fonte: Adaptado de Serra *et al.* (2012).

2.6.2. Análise SWOT

A análise SWOT pode ser definida como um método de planeamento estratégico, que permite identificar os fatores críticos de sucesso, e oportunidades que ajudam na tomada das decisões. A análise SWOT está subdividida em 4 partes, identificadas no acrónimo inglês, nomeadamente: *Strengths, weaknesses, opportunities e threats*. E em português: forças, oportunidades, fraquezas e ameaças. (Teixeira, 1998).

Há sugestões da escolha de estratégias, nas quais a maximização das oportunidades do ambiente e transformadas sobre os pontos fortes, e para minimizar as ameaças e substituir os pontos fracos. (Teixeira 2013).

Deste modo, para uma boa estratégia, as ameaças podem ser transformadas em oportunidades latentes. Deve haver flexibilidade por parte dos gestores de como explorar novas tendências em benefício de uma boa estratégia. O modelo da análise SWOT é sumariado em seguida.

Tabela 3: Modelo da análise SWOT

Análise interno	Pontos fortes (Strengths) “S”	Pontos fracos (Weaknesses) “W”
Análise externo		
Oportunidades (opportunities) “O”	“SO” O objetivo é procurar dos pontos fortes para aproveitar das oportunidades identificadas.	“WO” Procurar as estratégias que minimiza os efeitos negativos dos pontos fracos, consequentemente aproveitar as oportunidades emergentes.
Ameaças (Threats) “T”	“ST” O objetivo é aproveitar dos pontos fortes para diminuir as ameaças identificadas.	“WT” As estratégias devem diminuir os pontos fracos e consequentemente resolver as ameaças.

Fonte: Adaptado de Teixeira (2013:75).

2.7. Conclusão

Ao longo deste capítulo foram apresentados os conceitos centrais da sustentabilidade, verificando-se que apesar do conceito não ser recente atualmente ganhou uma importância significativa. Foi igualmente demonstrado que a relação entre a sustentabilidade e o turismo é evidente e salientado o facto de o Turismo poder ser influenciado, positiva ou negativamente, por um conjunto de fatores externos de natureza económica, social e ambiental. Estes fatores requerem, assim, uma monitorização constante de modo a potenciar as oportunidades e a colmatar as ameaças para o desenvolvimento sustentável do turismo.

Ao longo deste capítulo foram ainda apresentadas as principais linhas de funcionamento do turismo, e foi ainda abordado os fatores da oferta

turística, produto turístico e procura turística para um desenvolvimento do turismo com base na sustentabilidade.

Capítulo III-Metodologia

3.1. Introdução

O presente capítulo descreve as opções metodológicas adotadas neste estudo, enquanto o caminho para realização de uma pesquisa científica.

3.2. Processo de pesquisa

Para a elaboração deste estudo o processo de pesquisa sugerido por Pizam (1994), citado por Monteiro (2014), respeitando as seguintes etapas, foi seguido:

- I. Formulação do problema da pesquisa;
- II. Revisão da literatura;
- III. Definição de conceitos, variáveis e hipóteses;
- IV. Seleção do tipo de pesquisa;
- V. Seleção da técnica de recolha de dados;
- VI. Escolha dos sujeitos;
- VII. Análise de dados, conclusões e recomendações.

Tal como refere Coutinho e citado pelo Monteiro (2014), numa investigação é imprescindível um problema, que permita ao leitor conhecer todo o percurso e objetivos que a investigação pretende alcançar.

Eis os motivos de um problema ser importante numa investigação:

- 1) Orienta a direção do estudo;
- 2) Mostra as fronteiras do estudo;
- 3) Ajuda na coesão do estudo;

- 4) Ajuda na procura de que tipo de dados será pertinente para o estudo;
- 5) Mostra a forma da redação do estudo;
- 6) Posiciona a revisão bibliográfica para a área concreta.

A presente investigação tem como objetivo dar um contributo académico para que o setor de turismo na GB possa impulsionar o desenvolvimento sustentável do país, fomentando o emprego e bem-estar nas comunidades locais.

Assim, esta investigação procura dar resposta à seguinte questão: de que modo o turismo pode contribuir para um desenvolvimento sustentável da Guiné-Bissau?

Para o efeito definiram-se os seguintes objetivos específicos:

- Caracterizar a procura e a oferta turística da GB com vista a identificar as potencialidades e constrangimentos da GB enquanto destino turístico;
- Identificar um conjunto ações e recomendações que possam gerar riqueza para o país, através de um turismo de qualidade, responsável e inclusivo;
- Aumentar a notoriedade internacional do turismo da GB enquanto destino turístico.

Numa primeira fase foi realizada uma revisão de literatura que permitiu identificar conceitos centrais para o estudo, nomeadamente ligados ao Turismo Sustentável e ao funcionamento da atividade turística, que serviram de enquadramento à temática em análise.

Posteriormente, com vista à caracterização da GB enquanto destino turístico, foi feita uma pesquisa exploratória de dados secundários. As principais fontes de pesquisa foram o Instituto Nacional de Pesquisa.

Para a recolha de dados, foi ainda utilizada uma pesquisa de carácter descritivo que teve como principal objetivo aferir as perceções dos guineenses sobre o turismo na GB. Nomeadamente, foi aplicado um questionário online a pessoas com nacionalidade guineense. O questionário foi disponibilizado através das redes sociais no primeiro trimestre de 2022.

No total foram obtidas 69 respostas válidas. O tratamento dos dados foi feito com a ajuda do Excel.

O objetivo central do questionário foi identificar a perceção dos guineenses sobre a importância da sustentabilidade do turismo na Guiné.

3.3. Conclusão

Neste capítulo ficou evidente que a metodologia é a chave de uma investigação, ou seja, é uma direção para uma investigação. Por isso, de forma resumida a metodologia, o autor apresenta a formulação do problema e objetivos deste estudo, e ainda apresenta as perguntas de investigação sobre o destino turístico Guiné-Bissau.

Capítulo IV - Estudo de Caso da Guiné-Bissau

4.1. Introdução

Neste capítulo é feita uma caracterização da Guiné-Bissau e são apresentados as potencialidades e os constrangimentos da GB enquanto destino turístico, através de uma análise *SWOT*.

4.2. Caracterização geral da Guiné-Bissau

Tal como refere Brito (2009), a República da Guiné-Bissau, assim designada desde a proclamação da sua independência em 24 de setembro de 1973, é um país de território misto, continental e insular, de pequena dimensão (36.125 km²). Geograficamente está localizado na costa ocidental do continente africano (Figura 5) e faz fronteira a Sul e a Este com a Guiné-Conacri, a Norte com o Senegal. Conforme a autor apresenta:

“O país é caracterizado por uma paisagem mista tendencialmente plana, em que a altitude máxima não ultrapassa 300 metros, mas rica em diversidade, existindo diferentes ecossistemas, entre os quais se destacam as florestas, as savanas arbustivas, os palmares, o mangal, a lala de água doce e salgada, a bolanha e as praias. Toda a paisagem é marcada por uma extensa rede hidrográfica que, além de conferir um traçado particular ao relevo, influencia a vida económica e produtiva das populações com destaque para as que residem em meio rural, já que as atividades agrícolas e piscícolas continuam a ter relevância sendo as mais importantes, mobilizando um elevado número de pessoas e contribuindo para a aquisição do rendimento familiar”. (Brito, 2009, p.21)

Figura 2: Mapa da Guiné-Bissau



Fonte: <https://pt.mapsofworld.com/guinea-bissau/>

Na caracterização da GB é comum destacarem-se quatro grandes regiões na GB, tendo em conta os elementos paisagísticos mais relevantes:

- (1) a zona costeira, caracteristicamente plana e influenciada por estuários largos e profundos, predominando os ecossistemas de mangal, floresta e pântanos;
- (2) as áreas de planície situadas acima do nível do mar, destacando-se a savana arbustiva ao norte e a floresta SUB húmida ao sul;
- (3) as colinas e os planaltos a leste;
- (4) o arquipélago dos bijagós, naturalmente insular, com destaque para as praias rodeadas de vegetação.

Ainda Brito (2009) salienta que cada uma destas regiões é muito rica em biodiversidade de fauna e flora, referindo que estes elementos aliados à riqueza e diversidade cultural da GB, representam um potencial relevante para a promoção e para o desenvolvimento de iniciativas turísticas.

4.3. Atividade Económica na Guiné-Bissau

4.3.2. Recursos da Guiné-Bissau

“Em África estima-se que 54% dos trabalhadores dependem do setor da agricultura para a sua subsistência, empregando sobretudo a mão-de-obra juvenil e feminina, pouco qualificada, com contratos de trabalho precários, com baixo nível de sindicalização e sem proteção social.

A GB tem uma forte dependência do setor agrícola com cerca de 50% do seu PIB e aproximadamente 85% da sua população vive da agricultura.

A valorização dos produtos florestais não lenhosos são elementos importantes para a economia familiar nas zonas rurais. É o caso do fole-de-elefante (*Landolphia owariensis*), frequente na época das chuvas, bastante apreciado como sumo natural e também na confecção de sobremesas, contendo um importante valor vitamínico.

A castanha de caju é uma espécie do petróleo da Guiné-Bissau, maior produtor de renda e de mobilização da mão-de-obra do país, ocupando mais de 90% da taxa de exportação nacional e posicionando o país como um dos maiores produtores mundiais”.

Barros, M. <https://www.instagram.com/miguel.debarros/>

Porém, o país não se transforma. Exportar igualmente mão-de-obra para países como a Índia e ajuda a criar empregos para a população indiana.

Se o estado não tem uma visão efetiva sobre a promoção e desenvolvimento de políticas neste domínio, o setor privado não tem agregado nenhum valor acrescentado, limitando a contrair dívidas para importação de bens de consumo como arroz (principal base de alimentação dos guineenses), para troca com castanha de caju num país plano com cerca de 7 meses de chuva, terras produtivas e mão de obra disponível. Hoje, a economia guineense é completamente dependente do produto caju.

Impõe-se não só a criação da capacidade para transformação nacional, mas sobretudo a adoção de uma política agrícola com base no incentivo da diversificação de produção nacional.

Caju é um produto de maior valor económico da GB. O caju vai de plantação, exportação da fruta (polpa), da castanha (amêndoa), produção de sumos naturais e pasteurizados. Comercialização da campanha de castanha de caju, na qual a Guiné-Bissau exporta milhares de toneladas do referido produto.

No entanto, são vários os autores a referirem que é urgente o estado guineense, as empresas públicas e privadas criar fábricas e postos de trabalho de agregação para ajudar no desenvolvimento do país, através de montagem de pequenas unidades de transformação local, para servir de elemento demonstrativo num país que importa quase tudo o que consome e exporta quase tudo em bruto, incluindo castanha de caju.

Não é apenas pensar em exportar o produto da castanha de caju, mas sim pensar na sustentabilidade, isto passa pela criação de fábricas de transformação da castanha de caju, de forma a proporcionar e ajudar no emprego da comunidade guineense.

A maior parte da população guineense na época de caju denominada “campanha de caju” época onde fazem trocas de sacos de castanha de caju por sacos de arroz. Nesta troca a população sai sempre a perder face aos comerciantes, por exemplo, trocam 2 ou 3 sacos de castanha de caju por 1 saco de arroz.

Barros, M. <https://www.instagram.com/miguel.debarros/> A necessidade de criação de políticas e leis de proteção social, pela extensão de cobertura para os trabalhadores rurais, bem como por microsseguros no domínio agrícola em setores de maior potencial de contribuição dos trabalhadores rurais e não formais teriam grande impacto na produção de bem-estar e serviços às comunidades rurais e às economias.

Iniciativas como a geração de Fundos Nacionais de segurança social para trabalhadores independentes e não assalariados, a extensão da proteção social para a economia informal e trabalhadores rurais, com extensão a cobertura da saúde para os trabalhadores na agricultura (como por exemplo, no caso dos coletores da castanha de caju na Guiné-Bissau), aumentaria o potencial do emprego digno e sustentável para a população das zonas rurais.

Durante muitos anos, a base da economia do país foi a agricultura, não sendo dada muita atenção às outras áreas. O grande desafio deve ser diversificar as áreas de inclusão, para a geração de modo a ter mais emprego e qualidade dos serviços essenciais.

4.2.1. Turismo

Entende-se que a Guiné-Bissau pela sua riqueza natural e cultural possa ter um forte potencial ao nível turístico, sobretudo, no que diz respeito ao ecoturismo. A GB tem uma rica biodiversidade com mais de 88 ilhas e ilhéus.

Destaca-se a importância do arquipélago dos bijagós com grande variedade de espécies de plantas e onde se pode encontrar todas as formações vegetais existentes na Guiné-Bissau (floresta densa, as de galeria, floresta aberta, savana arborizada, mangais, savanas, pousio e pomares).

Contudo, apesar de alguns esforços significativos, a GB tem ainda várias dificuldades para atrair um maior número de turistas para a região. Neste contexto, a criação de um modelo de crescimento do turismo responsável e sustentável pode ser fundamental para o desenvolvimento do país.

A importância do turismo na GM é plasmada na estratégia definida no Plano Estratégico Guiné-Bissau (“Terra Ranka”) 2025 PEGB-T, em que o turismo aparece como uma prioridade para o desenvolvimento socioeconómico do país. O principal objetivo deste Plano “é catalisar todas as energias positivas, dentro e fora do país, enquadradas num plano ambicioso e coerente, que permitirá a Guiné-Bissau cumprir, finalmente, as suas aspirações rumo a prosperidade e a paz. Assistir-se-á à superação da pobreza e da instabilidade para se entrar numa fase de desenvolvimento sustentável”. Contudo, o PEGB-T foi um plano escrito pelo ex-governo guineense, liderado entre 2014 e 2015, com a queda do referido governo em 2015, tudo o que estava planeado, não concretizou em sucesso.

Segundo Plano estratégico Guiné-Bissau Terra-Ranka PEGB-TR, foi perspectivado que a “GB em 2025 teria um modelo de desenvolvimento sustentável, onde a biodiversidade será preservada e regenerada de modo a manter permanentemente o potencial de criação de valor dos seus recursos renováveis com o intuito de fixar o país num bom nível de

desenvolvimento e prosperidade. Para alcançar esse objetivo, a quantidade do caju será reforçada (controlando as árvores e a horticultura associada), a exploração dos recursos costeiros passará a estar regulamentada de maneira a assegurar a gestão sustentável”.

Acresce referir que em 2014, numa mesa-redonda em Bruxelas, estava prestes a ser desembolsado um valor de mais de 1 mil milhão de euros para o desenvolvimento do país, mas devido a crónica instabilidade política e à situação política verificada na Guiné-Bissau, no ano de 2015, esta verba não foi libertada.

Mais do que nunca, a Guiné-Bissau continua a precisar de uma estratégia que possa permitir no desenvolvimento do turismo sustentável assente na valorização da biodiversidade, podemos entender que o turismo é um setor de crescimento económico de um país. Existe um forte potencial da GB, neste sentido.

Num trabalho académico realizado no primeiro ano deste mestrado na unidade curricular: Gestão e salvaguarda de património, foi realizada uma entrevista com o diretor adjunto do parque “Lagoas de Cufada,” que referiu que o IBAP que designa (Instituto da biodiversidade e das áreas protegidas), um instituto que trabalha com o “Ecoturismo” uma área que GB tem muito para criar condições e desenvolver. O IBAP apoiou um processo de assistência técnica a Secretaria de Estado do Turismo que permitiu a adoção de Ecoturismo como o modelo para o país, tendo nas cinco áreas protegidas (parque natural de tarrafes de Cacheu, parque nacional de Cantanhez, parque natural das Lagoas de Cufada, parque nacional João Vieira e Poilão, parque natural de Orango, área marinha protegida comunitária das ilhas Urok.

O parque natural das Lagoas de Cufada foi a primeira reserva guineense classificada como sítio RAMSAR que designa (zona húmida de importância internacional), com pelicanos brancos. Lutar pela salvaguarda deste património natural da GB e da humanidade é um imperativo de consciência nacional e internacional. A lagoa de cufada é a maior reserva de água doce do país.

No parque natural dos tarrafes do Rio Cacheu, os extensos mangais (tarrafes) constituem um património natural de valor excepcional.

A preservação do ecossistema do mangal deve ter um interesse estratégico nacional para a proteção da zona costeira, reprodução dos recursos

marinhos e carteiros como peixes, moluscos (ostras), crustáceos (camarões), acomodação e alimentação das aves aquáticas migradoras (garças, pelicanos, flamingos cor-de-rosa).

No parque natural dos tarrafes de Cacheu, um dos elementos importantes para a preservação de espaços e regeneração dos recursos é o zoneamento e as regras de pesca.

Essas delimitações de territórios integram zonas sensíveis e de maior concentração da biodiversidade. No caso de pesca, na zona de proteção (que integra rias sagradas segundo usos e costumes das etnias locais) só é admissível pesca a linha, em pirogas sem motor e cujo destino é o consumo local.

Assim, para além do repouso biológico das rias, este modelo de gestão tem permitido a existência de peixes de grande porte como: sereia, corvina, barbo, bica e barracuda. Cacheu é um dos portos de pesca mais importantes da Guiné-Bissau. Refira-se, no entanto, que na GB existe um problema de pilhagem dos recursos marinhos e costeiros que decorre de vários fatores de fragilização combinados: falta de seriedade política na gestão do património nacional, ausência de mecanismos funcional e eficiente de fiscalização marítima e alto nível de corrupção no setor.

O parque nacional de Orango na GB foi criado para proteger um animal sagrado para o povo Bijagós: o hipopótamo de água salgada, uma espécie única no mundo. Os turistas visitam o parque nos meses de outubro a fevereiro para observar aquele que é um dos maiores mamíferos do mundo.

Existem hipopótamos no parque natural de Orango que vivem em água doce e água salgada. Segundo relatos, em Orango existe a maior comunidade do mundo desta espécie, ainda que não se saiba ao certo o número total.

4.2.1.1. Oportunidades

Além do referido anteriormente e num contexto em que a procura por produtos naturais e culturais é cada vez maior, são vários os produtos que podem potenciar o turismo na GB, nomeadamente:

- 1) Rica biodiversidade;
- 2) Gastronomia;
- 3) Património natural e cultural,
- 4) Mar, sol e praias;
- 5) Turismo cultural (Carnaval e produtos artesanais);
- 6) Castanha de caju e próprio caju;
- 7) Hipopótamos, elefantes, aves e fauna e flora.

Torna-se, assim, necessário que haja interesse e envolvimento dos governantes, colaboradores e operadores turísticos para o desenvolvimento dos produtos acima referidos.

Os guineenses devem também olhar para o turismo como um setor que pode contribuir para erradicar a pobreza e promover o desenvolvimento regional, criando postos de trabalho e preservando e conservando a riqueza cultural e natural do país.

4.4. Constrangimentos

Por outro lado, uma análise da literatura evidencia um conjunto de constrangimentos na GB que têm de ser tidos em consideração:

Falta de preservação do património natural: teme-se inclusive a fuga dos animais, pelo que se torna necessário promover campanhas, actividades e eventos de sensibilização e formação sobre o setor do turismo da Guiné-Bissau.

A instabilidade política vem atrasando o desenvolvimento da GB e a falta de segurança no país. É fundamental garantir a estabilidade política e a segurança de modo a atrair os empresários nacionais e estrangeiros para investirem na GB.

Os guineenses devem pautar por um bom sistema de ensino. É fundamental formar e capacitar os quadros do sector do turismo da Guiné-Bissau.

A construção de infraestruturas rodoviárias, hospitalares, hoteleiras, marítimas e aeroportuárias pode ajudar a reduzir a alta taxa de desemprego dos guineenses.

O arquipélago dos bijagós encontra-se numa espécie de abandono. A cidade de Bolama, uma cidade-museu, um património histórico e cultural que merece ser resgatado e valorizado. A cidade de Bolama da primeira Capital tem estado ao abandono. Na realidade, esta cidade, outrora disputada por potenciais mundiais, nos dias de hoje enfrenta um longo imobilismo, transformando-se numa cidade-fantasma que vive de um passado longínquo. Um processo de regeneração da cidade e de todo o espaço social e produtivo, constituirá uma possibilidade de transformação gerando um novo imaginário e autoestima da comunidade local.

A exploração ilegal da madeira, a expansão do caju e o uso fogo quer para agricultura itinerante como produção de carvão têm sido destrutivos para a questão ambiental.

A realização do inventário do florestal, a extinção de política de emissão de licenças corte de madeira para exportação e a produção de zonagens agroflorestais acompanhadas com medidas de gestão nas quais as estruturas

comunitárias estarão associadas, são as alternativas de curto e médio prazo que permitem a construção de um modelo económico alternativo e a busca da sustentabilidade.

Conservar o arquipélago dos bijagós constitui um compromisso fundamental deste trabalho sobre o turismo sustentável, enquanto legado para as gerações vindouras na Guiné, na África e no mundo em termos da sustentabilidade da vida humana e selvagem, do equilíbrio ecológico, da segurança alimentar e da saúde natural, da manutenção de culturas e serviços ecossistémicos.

É importante a promoção e valorização do conhecimento baseado nos saberes tradicionais locais de gestão de espaços e recursos naturais e culturais que assegurem o equilíbrio ecológico e o bem-estar das populações.

O arquipélago dos bijagós enfrenta o desafio da gestão da sua zona costeira, ameaçada pela erosão, devido à forte ocupação das infraestruturas hoteleiras sem estar em consonância com os limites da orla marítima e simultaneamente ser alvo de bastante pressão das atividades de pesca.

O ordenamento turístico através de uma cartografia no quadro da implementação de um plano de gestão que qualifica modos de estar sustentáveis numa reserva de biosfera constitui a principal possibilidade para a manutenção e equilíbrio ecológico deste que é o maior destino turístico da Guiné-Bissau.

O arquipélago dos bijagós precisará de beneficiar de políticas e de investimento capazes de melhorar as infraestruturas locais baseado no ordenamento do território e ainda favorecer maior conservação e valorização dos seus patrimónios natural e cultural numa região considerada pela UNESCO reserva de biosfera, a primeira dos PALOP.

Tabela 4: Análise SWOT sobre a GB

<p style="text-align: center;">Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> ● São 88 ilhas das quais apenas 23 são habitadas, a Guiné-Bissau é um país que tem potencialidades para gerar o emprego de grande número da sua população, para isto, é só o trabalho que vai fazer a Guiné chegar a este nível de desenvolvimento; ● A rica biodiversidade pode ajudar muito no desenvolvimento do país se for bem aproveitada. 	<p style="text-align: center;">Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Abate das árvores que pode originar fatores como: alterações climáticas, ● aumento de temperaturas acima da média do habitual; ● Construções de edifícios inadequados sem prévio estudo do local; ● Desflorestação das zonas que devem ser protegidas.
<p style="text-align: center;">Pontos Fortes</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Património Cultural diversificado e único (gastronomia, tradições, artesanato, ...); ● Riqueza do património natural; ● Cultura popular manifestada na boa hospitalidade; 	<p style="text-align: center;">Pontos Fracos</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Sistema de ensino e saúde precário; ● Instabilidade política; ● Falta de infraestruturas: rodoviárias, aeroportuárias e edifícios de qualidade; ● Desconhecimento do país a nível internacional em termos do seu potencial turístico e pouca notoriedade; ● Fraca imagem e preconceito em relação a vários fatores: como a instabilidade política e falta de investimento.

Fonte: elaboração própria.

Capítulo V-Resultados e análise dos questionários

5.1 Introdução

No presente capítulo apresenta-me os resultados dos questionários aplicados juntos de nacionais da Guiné-Bissau com vista a aferir a suas percepções sobre o turismo e a sustentabilidade naquele país.

5.2. Perfil dos entrevistados

O questionário foi aplicado durante o mês de março nas redes sociais. No total foram consideradas 69 respostas válidas.

5.2.1. Caraterização sociodemográfica

Conforme é possível observar nos gráficos que se seguem, a maioria dos respondentes são mulheres, com idades compreendidas entre os 18 e 29 anos, estudantes do ensino superior e solteiros. A grande maioria nunca viajou para o arquipélago dos Bijagós, um dos potenciais destinos sustentáveis da GB.

Gráfico 1

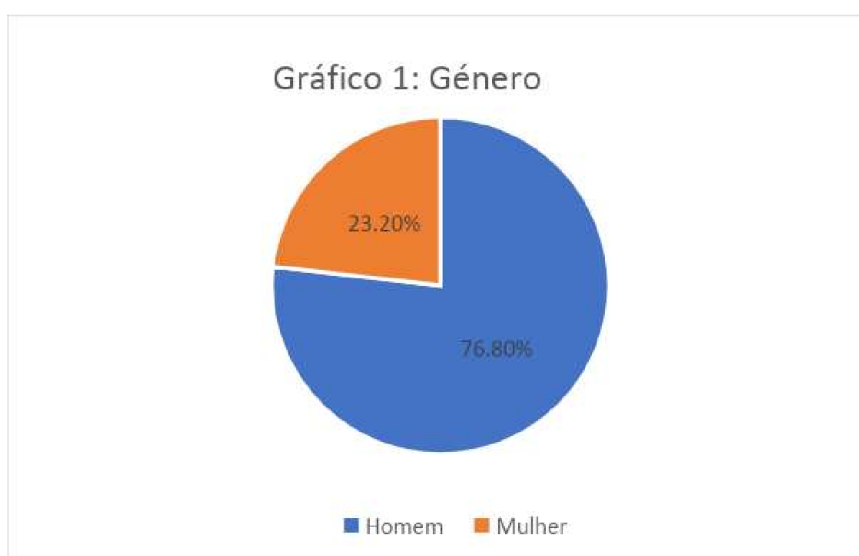


Gráfico 2

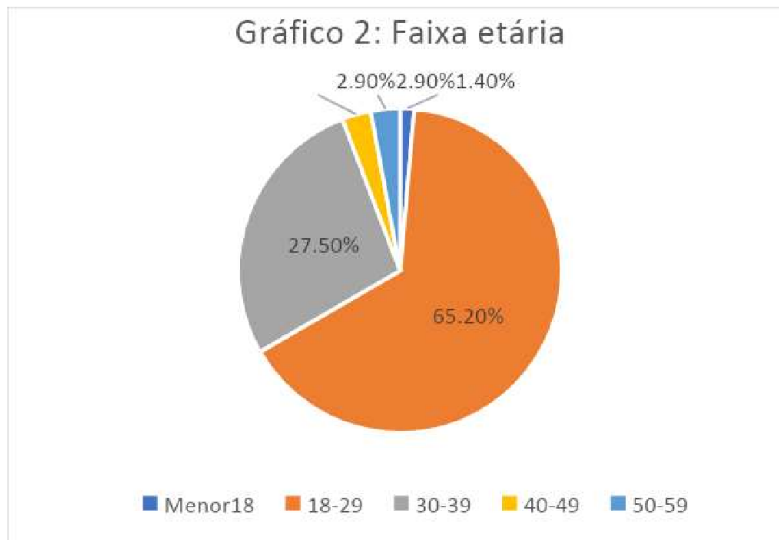


Gráfico 3

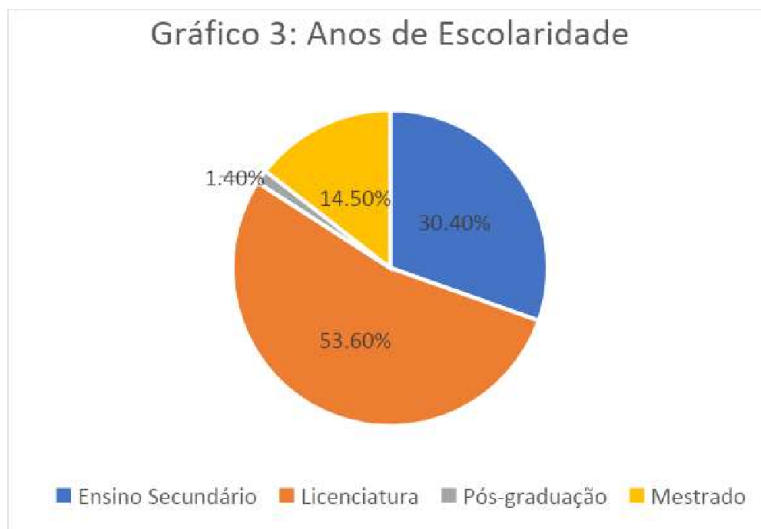


Gráfico 4

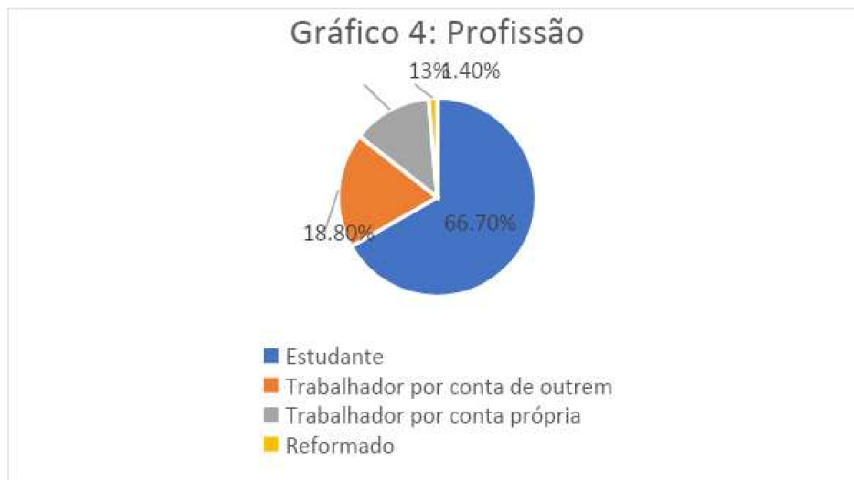
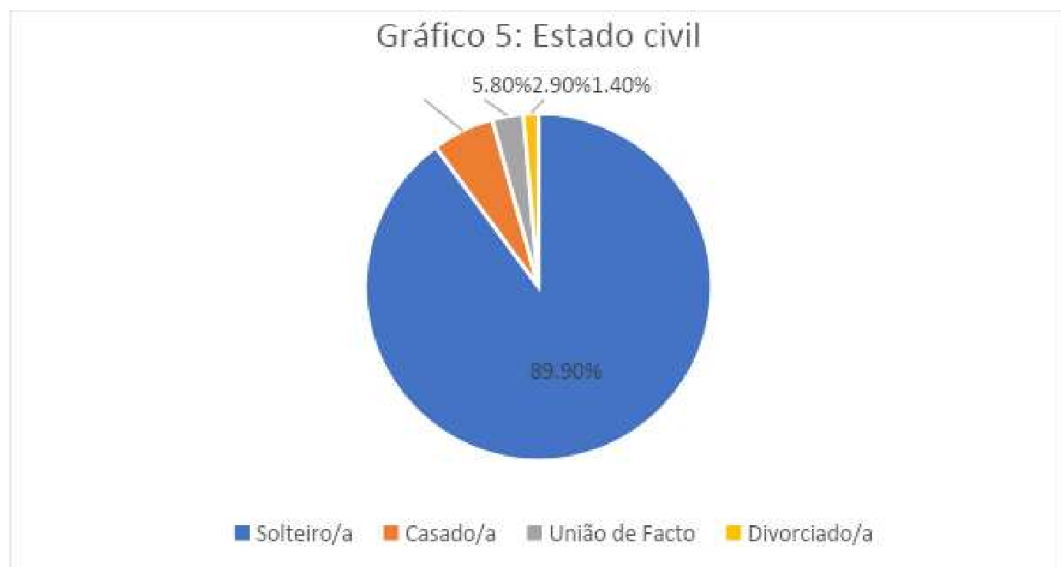


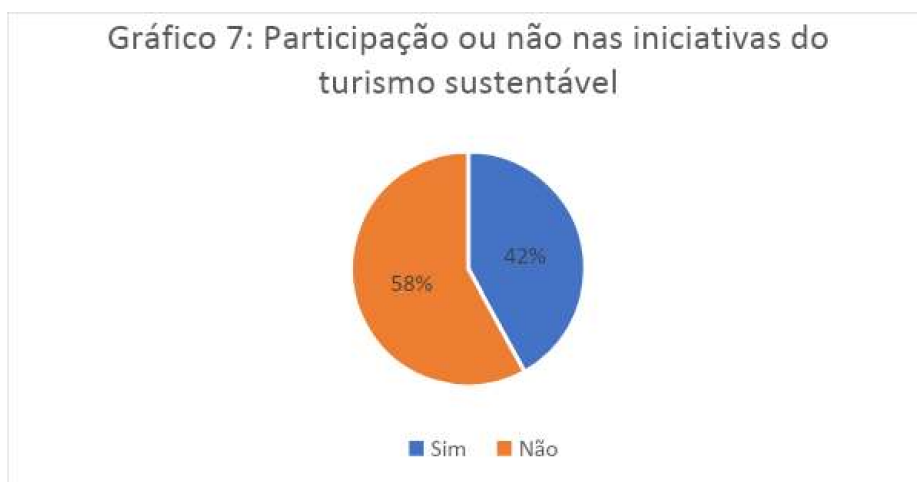
Gráfico 5



5.3. A percepção sobre o que é um turismo sustentável

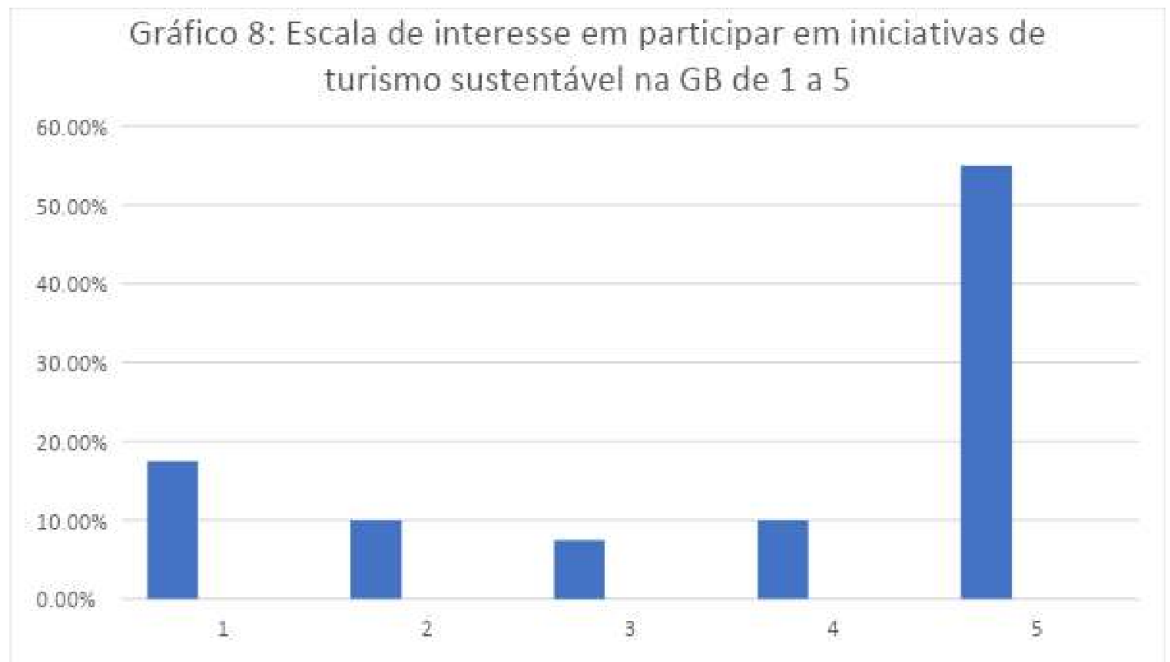
Quando questionados sobre o conhecimento de turismo sustentável, os resultados evidenciam que a maior parte dos inquiridos conhecem o conceito e já participaram em experiências de Turismo sustentável.

Gráfico 7



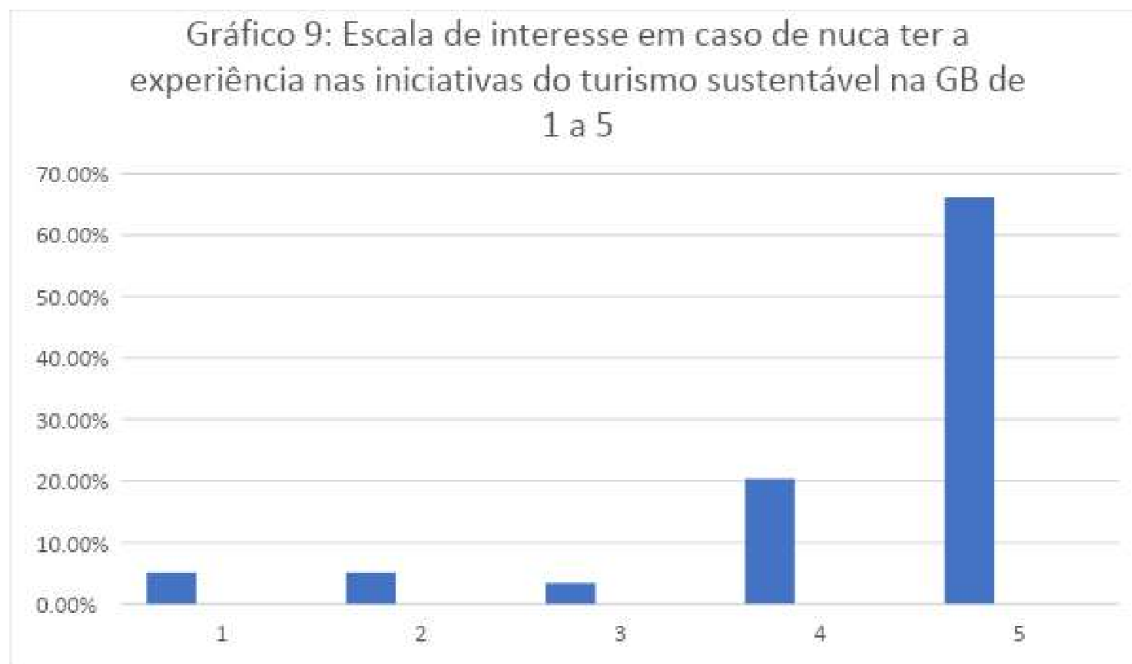
Ficou igualmente evidente que, em geral, os inquiridos demonstraram interesse nas iniciativas do turismo sustentável.

Gráfico 8



Os que responderam que nunca tinham tido uma experiência de Turismo sustentável, mostraram interesse em o fazer.

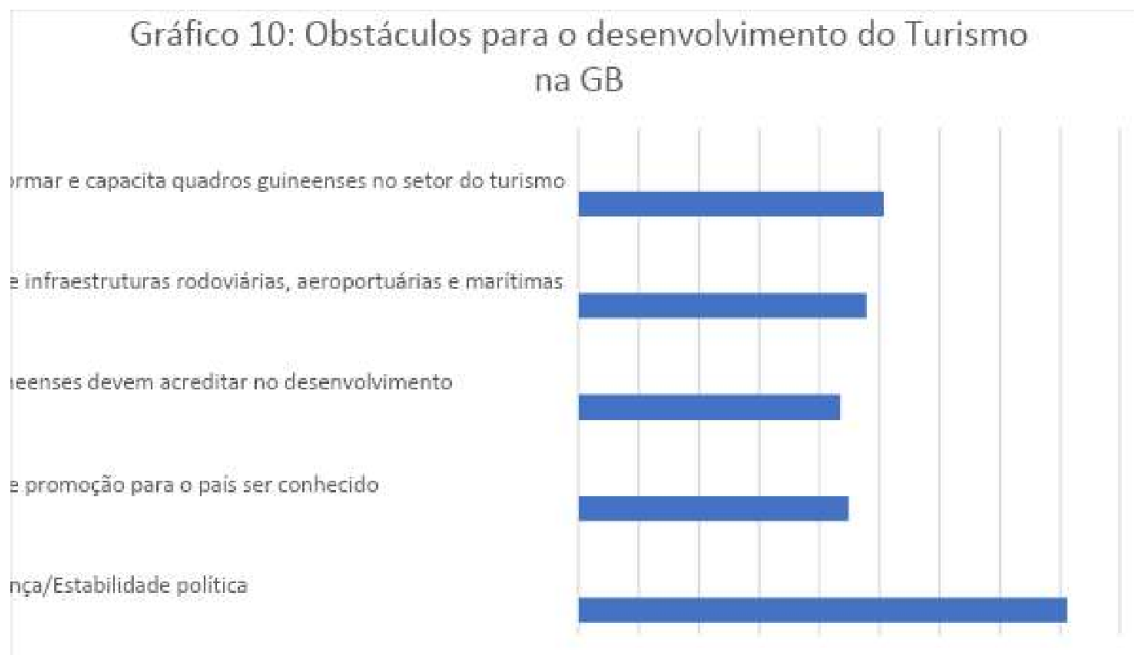
Gráfico 9



5.4. Percepção sobre a notoriedade do Turismo da GB

Os inquiridos foram solicitados a indicar quais os obstáculos do Turismo da GB e possíveis ações para aumentar a notoriedade da GB, enquanto destino sustentável, tendo se verificado uma variedade nas respostas. Verificou-se, no entanto, que a maior parte dos inquiridos considera que a falta de segurança e estabilidade política são dos principais problemas para o desenvolvimento do Turismo.

Gráfico 10



5.5 Percepção sobre o título de Património Mundial

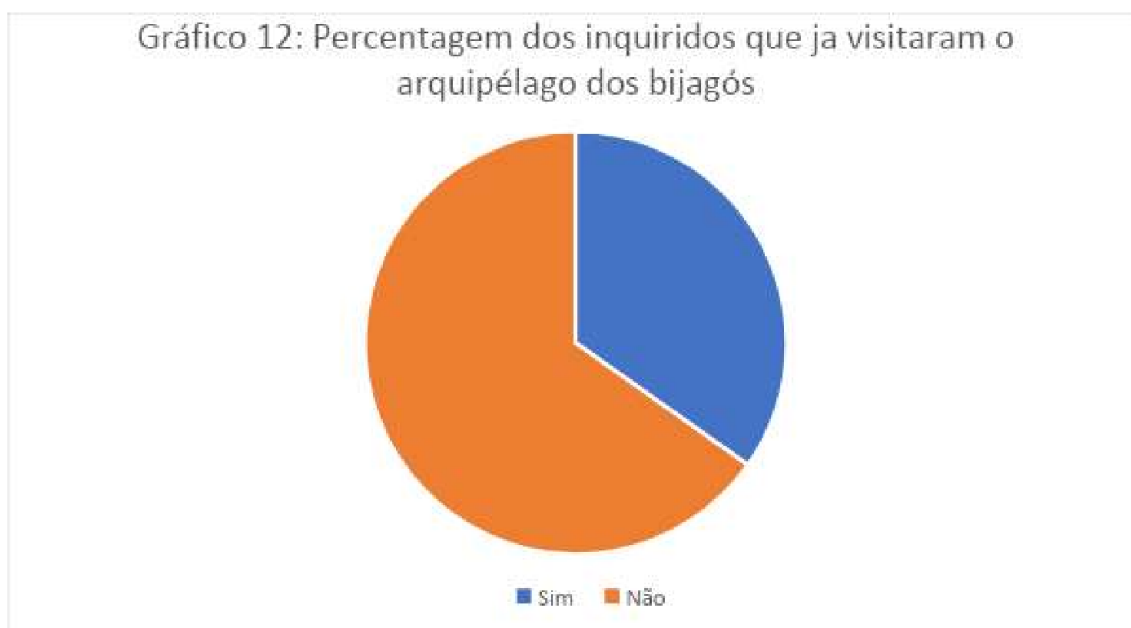
Tendo em conta, a vontade política e a possibilidade da GB vir a ter o título de património da humanidade, os inquiridos foram questionados sobre o que seria necessário para que isso acontecesse. Os resultados mostram que a maior parte dos respondentes apontaram a proteção e preservação dos ecossistemas como fator essencial para adquirir o título de património da humanidade. As respostas são sumarizadas no gráfico que se segue.

Indicadores para que a GB consiga o título de património da humanidade.

Gráfico 11



Gráfico 12



5.6. Sugestões para o desenvolvimento de um turismo sustentável

Quando solicitadas sugestões para o desenvolvimento do turismo sustentável na GB, verificou-se um conjunto variado de respostas, notando-se que a sugestão mais realçada foi a da importância de formar quadros no setor do turismo bem como a estabilidade política. As sugestões que se seguem transcrevem as principais respostas obtidas:

Tabela 5: Principais sugestões apresentadas

Formar e Capacitar os guineenses no setor de Turismo.
É necessário ter pessoas com qualidade/capacidade para o setor do turismo.
Devemos ser racionais e responsáveis em explorar o meio ambiente, para os futuros vindouros.
Formar e capacitar os quadros no sector do turismo.
Devemos apoiar muito na área de turismo.
Gestão dos recursos turísticos da forma eficiente
Evitar o turismo de massa nas ilhas dos Bijagós.
Mais investimento na área do turismo.
Formação e capacitação dos quadros na área de turismo pelo menos uma vez por mês.
É necessário a promoção da cultura e da natureza dentro e fora do país.
Estabilidade político-social e promoção da atividade turística e potencial turística da Guiné-Bissau a nível internacional.
Garantir a estabilidade política e fazer o setor do turismo prioridade do governo, fazer o uso adequado dos recursos naturais e culturais.

Os resultados mostram ainda que a estabilidade política e a necessidade de fazer o setor do turismo prioridade do governo foram as mais assinaladas pelos respondentes.

Estes apelos foram também evidentes pela revisão de literatura, pelo que se considera que de facto é fundamental que os guineenses acreditem no desenvolvimento do país e optem por uma estabilidade política.

É muito importante que os governantes guineenses valorizem o setor de turismo como motor de desenvolvimento. Para isso, tal como sugerido pelos respondentes e evidenciado na revisão de literatura é necessário criar a base que é a segurança no país, formar e capacitar os jovens e criar condições para que os jovens formados na área do turismo a viver no estrangeiro, regressem à GB.

Dos resultados ficou também evidente que se torna necessário: (i) preservar os recursos naturais e proteger principalmente os animais que estão em vias de extinção. (ii) criar projetos de conscientização com o objetivo de apelar às pessoas sobre os riscos da destruição, os riscos de deixar resíduos (lixos) nas praias, etc. (iii) evitar turismo em massa, com o objetivo de evitar a degradação dos recursos naturais e não só. (iv) promover a biodiversidade; (v) organizar visitas guiadas, a fim de dar uma boa experiência ao visitante, mostrando as riquezas da GB e o que tem de diferente dos outros destinos turísticos.

O desenvolvimento local e criação de postos de saúde e acessibilidade nas zonas urbanas e a construção das infraestruturas tanto rodoviárias, assim como na aquisição de transportes marítimos facilitando a ligação entre as ilhas, por último a construção de infraestruturas hoteleiras nas zonas insulares, são igualmente de destacar.

Por último, destacam-se ainda outras sugestões apresentadas quer pelos respondentes como pela literatura:

- , descentralizar o desenvolvimento até nas regiões.

- investir no setor do turismo, baseado num conjunto de cada vez maior e mais diversificado de recursos naturais histórico, cultural e socioeconómico.
- acreditar mais na capacidade da juventude
- fomentar iniciativas e parcerias com empresários e empresas europeias, e estratégias.
- criar infra estruturas necessárias para o desenvolvimento do turismo.

Verificou-se igualmente que a maior parte dos participantes considerou ser importante envolver mais os guineenses na promoção de um turismo preocupado com o meio ambiente e da geração vindoura.

5.7. Conclusão

Conforme foi possível verificar ao longo deste capítulo, através do qual se apresentaram os resultados obtidos nos questionários, pudemos verificar que a percepção dos guineenses sobre a sustentabilidade do Turismo na GB vai ao encontro do que muitos autores têm defendido. A Guiné-Bissau tem muito potencial, mas ainda há muito que deve ser feito. Os guineenses desejam participar nas iniciativas de Turismo Sustentável, tal como os resultados mostraram.

Capítulo VI – Considerações Finais

Ao longo deste capítulo, apresentam-se as principais conclusões do estudo face aos objetivos propostos. São ainda sugeridas recomendações a ter em conta na promoção do desenvolvimento sustentável do turismo na GB e apresentadas as limitações do estudo, bem como sugestões de futuras linhas de investigação.

Este estudo evidencia o potencial da GB enquanto destino turístico, demonstrando a sua riqueza em termos de biodiversidade. Salienta ainda a importância de desenvolver o turismo com responsabilidade, priorizando a preservação da terra, bem como o património natural e cultural do país.

Sugere, para isso, uma política responsável de gestão, produção e exploração dos recursos do país e a necessidade de uma maior estabilidade política.

O turismo aparece como um instrumento para aumentar o rendimento dos habitantes da GB e para reduzir a grande taxa de desemprego que está na sociedade guineense.

O estudo mostra ainda que para o desenvolvimento do país deve haver uma maior aposta na segurança para todos os cidadãos nacionais e estrangeiros. A GB precisa ainda de união e esforços de todos os guineenses rumo ao desenvolvimento sustentável. É difícil um país crescer quando não há estabilidade política e segurança, o desenvolvimento visa um trabalho árduo e sério.

É necessário a construção de infraestruturas, hotéis, hospitais, escolas, centros de formação, universidades, aeroportos e vias rodoviárias.

É importante proteger e conservar os ecossistemas e a nossa biodiversidade, para evitar os efeitos do dióxido de carbono, alterações climáticas e como a grande sublevação das temperaturas. Torna-se igualmente importante proteger o património histórico e cultural da GB para evitar a decadência de territórios e desvalorização de todo um potencial de produção económica e regeneração de modos de vida.

Quanto a questão de sustentabilidade, não basta só o crescimento em termos de gerar receitas, fazer o PIB subir, mas é, necessário o

envolvimento da comunidade local para uma sustentabilidade ou turismo sustentável a longo prazo e fazer crescer o país crescer, aumentando a competitividade da GB em relação aos outros países concorrentes da sub-região.

Se um país não pautar pela sustentabilidade e pensa só em crescer, então, a médio e longo prazo terá problemas negativos no que diz respeito ao desenvolvimento.

Com este estudo espera-se que as autoridades guineenses e os empresários do setor valorizem a produção local. Por exemplo, comprem os produtos agrícolas nas regiões para os hotéis e restaurantes, para que os agricultores e produtores locais se beneficiem do turismo dos hotéis. Se os hotéis não comprem dos produtores locais, e se os hotéis comprem fora da comunidade, então, significa que não estão a ajudar a produção local, mas sim, estão a ajudar fora da comunidade onde estão inseridos.

O setor de turismo pode ainda ajudar no desenvolvimento da GB, nomeadamente na construção das escolas e dos hospitais, pois as receitas trazidas pelo setor podem ser utilizadas em outras áreas ou setores. Espera-se ainda que o turismo possa ajudar na criação de postos de emprego e que as receitas possam ser reinvestidas em outras áreas que promovam o desenvolvimento da GB.

6.1. Recomendações

Conforme referido, defende-se que, para um desenvolvimento do turismo na GB, é necessário um trabalho árduo e em conjunto, neste caso, no primeiro momento é preciso a colaboração de todos, nomeadamente: entidades públicas, privadas e a comunidade local. As autoridades guineenses devem priorizar o diálogo e o entendimento para o bem nacional. As organizações governamentais (OI) e não governamentais (ONGs) poderão também ter um papel importante na sensibilização junto das comunidades locais e dos próprios turistas para o bom uso dos recursos que o país dispõe. As autoridades guineenses devem implementar o ensino do turismo no país.

Recomenda-se que os operadores turísticos, os ministérios e secretarias que trabalham com a área da biodiversidade incentivem e aumentem o esforço para um desenvolvimento do turismo sustentável a longo prazo.

É importante que os guineenses participem na divulgação e promoção do bom nome do país no estrangeiro. E os régulos, grupos tradicionais e o poder tradicional são recomendados a transmitir a mensagem sobre o benefício e o crescimento que o turismo pode trazer para o país e a comunidade local. Assim, evitar o turismo de massa, para uma melhor sustentabilidade.

6.2. Limitações do estudo

Apesar dos objetivos propostos terem sido alcançados, este estudo apresenta algumas limitações, nomeadamente:

- 1) A dimensão da amostra do estudo foi limitada, sobretudo, pelo facto do inquérito ter sido realizado online e, deste modo, a população residente no interior da Guiné-Bissau não conseguiu aceder ao questionário, uma vez que o acesso à Internet naquelas regiões é muito limitado ou mesmo inexistente;
- 2) O autor não conseguiu ir a GB, para realizar inquérito junto da população;
- 3) A informação institucional e estatística do turismo na GB é muito limitada, verificando-se, nomeadamente, a falta de dados nas plataformas digitais por parte das instituições públicas da GB;
- 4) Dificuldade em chegar às autoridades e operadores do setor turístico, para compreender o que está a ser feito para o desenvolvimento do turismo sustentável na GB;
- 5) Necessidade de limitar as perguntas para aumentar a taxa de resposta, tendo em conta que, nos dias de hoje, há pessoas que não têm paciência para responder ao questionário com muitas perguntas;

- 6) A ausência de postos de informação em Portugal sobre o turismo da GB, dificultou bastante a aquisição de informação neste estudo.

6.3. Sugestões para pesquisas futuras

Relativamente ao desenvolvimento do turismo sustentável na Guiné-Bissau, são ainda muito poucos os estudos desenvolvidos com esse objetivo. Deste modo, sugere-se, uma maior atenção para um conjunto de produtos que podem contribuir para a sustentabilidade do destino.

Sugere-se uma maior atenção para o uso do Arquipélago dos Bijagós, como estudo de caso de sustentabilidade.

Pela falta de estudos na área, sugere-se ainda um estudo sobre a preservação e valorização do património natural e cultural na GB.

Referências Bibliográficas

Andrade, J. V. (1999). *Turismo: fundamentos e dimensões*. 6ª Ed. São Paulo, África.

Brito, M. M. (2015). *Percursos de Sustentabilidade*. Indústria Gráfica. Lisboa.

Barros, M. Desenvolvimento sustentável na Guiné-Bissau. Disponível em: <https://www.instagram.com/miguel.debarros/> consultado 20 de abril de 2022.

Cabral, P. A. (2019). *O Processo de Planeamento Estratégico em Turismo e o Desenvolvimento Sustentável: O caso da Guiné-Bissau*. Universidade Católica Portuguesa de Braga. Dissertação de mestrado. Braga. [Em linha]. Disponível em https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/27596/6/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado_An%C3%ADbal%20Cabral.pdf Consultado em 03/04/2022.

Costa, J. R. (2018). *Turismo de Bem-estar*. Porto, Maia. Edições ISMAI.

Cunha, L. (2003). *Introdução ao Turismo*. 2ª ed. Lisboa/São Paulo, Verbo.

Cunha, L. (2013b). *Economia e Política do Turismo* (3ª ed.). Lisboa. Lidel-Edições Técnicas, Lda.

Cunha, L. (2017). *Turismo e Desenvolvimento: Realidades e Perspetivas* (1ª Ed.). Lisboa.

Cunha, L. e Abrantes, A. (2013ª) *Introdução ao Turismo*. Lisboa. Editora: Lidel-Edições Técnicas. Lda.

Freire, A. (1998). *Estratégia: Sucesso em Portugal*. 1ª ed. Lisboa/São Paulo, Verbo.

Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento. (2018). *Guia do Investidor para o Desenvolvimento Sustentável*. Fundo de Maneio, Lda. Lisboa.

Guiné-Bissau: Plano Estratégico e Operacional “Terra Ranka” (2015). [Em linha]. Disponível em:

<https://1library.org/article/guin%20A9-bissau-plano-estrat%20C3%A9gico-e-operacional-terra-ranka.zk36j7ey>

Ignarra, L. R. (2013). *Fundamentos do Turismo*. (3ª Ed.). Rio de Janeiro. Senac.

Leal, M, J. (2004). *A Minha Vida no Turismo*. Guide, Artes Gráficas, Lda. Lisboa.

Monteiro, L. W. (2014). Avaliação de Destinos Turísticos – O Caso do Turismo de Natureza da Guiné-Bissau. Dissertação de mestrado, Universidade Fernando Pessoa, Porto: [Em linha]. Disponível em.

<https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/4644/3/WLENIN.pdf#:~:text=Neste%20sentido%20esta%20disserta%20C3%A7%C3%A3o%20visa%20analisar%20as%20potencialidades,da%20aplica%20C3%A7%C3%A3o%20de%20um%20question%20C3%A1rio%20a%2056%20respondentes.> Consultado em 26/05/2022.

Mota, M. S. F. (2021). *Planeamento Estratégico para o Turismo: contributos para o desenvolvimento da atividade turística de Celorico de Basto. Projeto de investigação*. Universidade Católica Portuguesa de Braga. Braga.

MTA & IBAP. (2018). *Estratégia Nacional do Ecoturismo na Guiné-Bissau*. Bissau.

Nunes, M, J. (2008). *Os caminhos do Turismo Sustentável-Manual de Boas Práticas de Desenvolvimento Turístico*. ADTR, Associação de Desenvolvimento Terras do Regadio. SUGO Design. Ferreira do Alentejo. Portugal.

Organização Mundial de Turismo (OMT). (1998). [Em linha]. Disponível em:

<<http://www2.unwto.org/en/members/states>>. [Consultado em 04/06/2022].

Pizam. A. (1994). *Planning a Tourism Research Investigation*. In: Ritchie, J. e.

Romão, J. (2013). *Turismo e Lugar: Diferenciação Territorial, Competitividade e Sustentabilidade em Turismo*. Editora Escolar. Lisboa.

Sardinha, R & Matias, A. (2008). *Avanços em Economia e Gestão do Turismo*. Instituto Piaget. Lisboa.

Sampaio, E. C. M. (2017). *Turismo na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra – Potencial para a ecocluturização*. Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Educação de Coimbra, Coimbra. [Em linha]. Disponível em <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/18904/ELISABETE_SAMPAIO.pdf> (Consultado em 03/04/2022).

Serra, F. R. (2012). *Gestão Estratégica: Conceitos e Prática*. 3ªed. Lisboa, Lidel.

Silva, F e Umbelino J, (2017). *Planeamento e Desenvolvimento Turístico*. Lisboa (1ª Ed.) Lidel, Edições Técnicas.

Silva, M. L. S. (2011). *O Processo de Planeamento Estratégico em Turismo: O Caso “Quintas da Madeira”*. Dissertação de Mestrado, Universidade Fernando Pessoa, Porto. [Em linha]. Disponível

em: < https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/2952/3/DM_20767.pdf>

[Consultado em 04/06/2022].

Teixeira, S. (1998). *Gestão das Organizações*. Lisboa, McGraw-Hill.

Teixeira, S. (2013). *Gestão das Organizações*. 3ªed. Lisboa, Escolar Editora.

Vieira, M. (2007). *Planeamento e Ordenamento Territorial do Turismo – uma perspetiva estratégica*. Lisboa, Editorial Verbo.

ANEXOS

Imagens do destino turístico Guiné-Bissau

Imagem 1: Ilha de Rubane



Imagem 2: Ilha de Keré

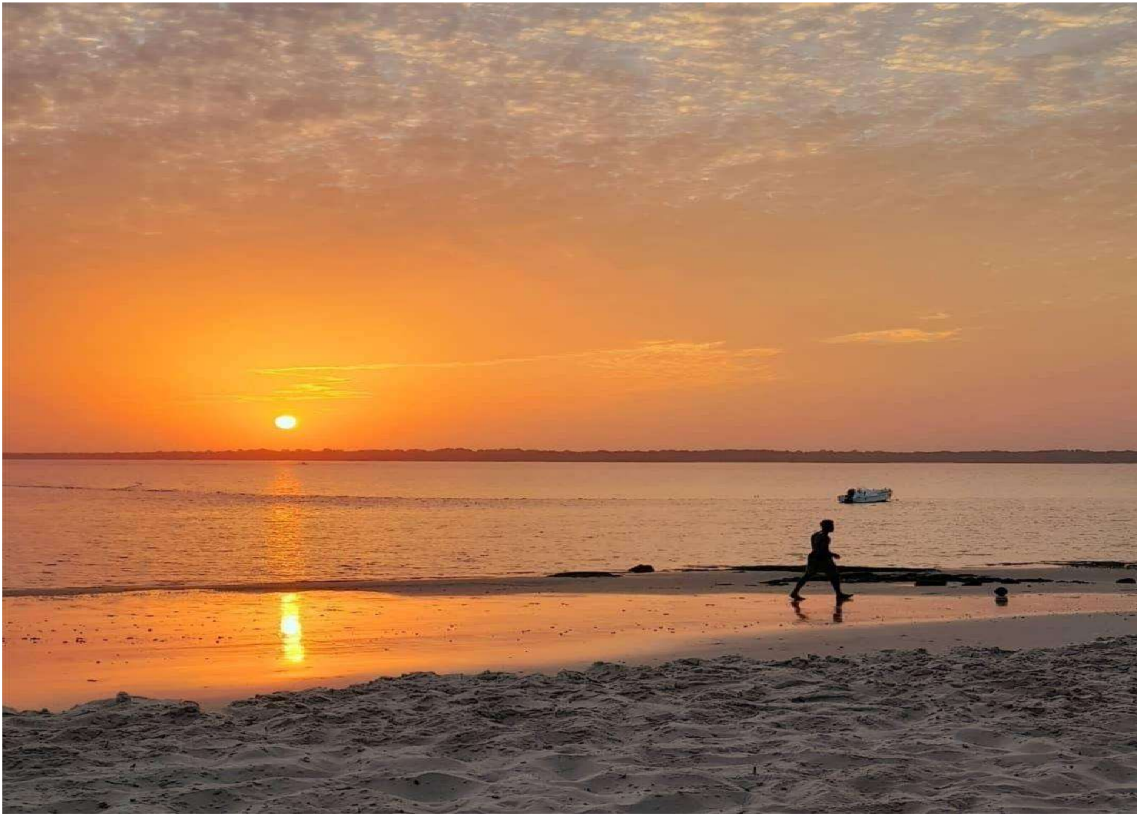


Imagem 3: Ilha de Keré



Imagem 4: Praia de Bruce (Bijagós)



Imagem 5: Bubaque



Imagem 6: Bubaque

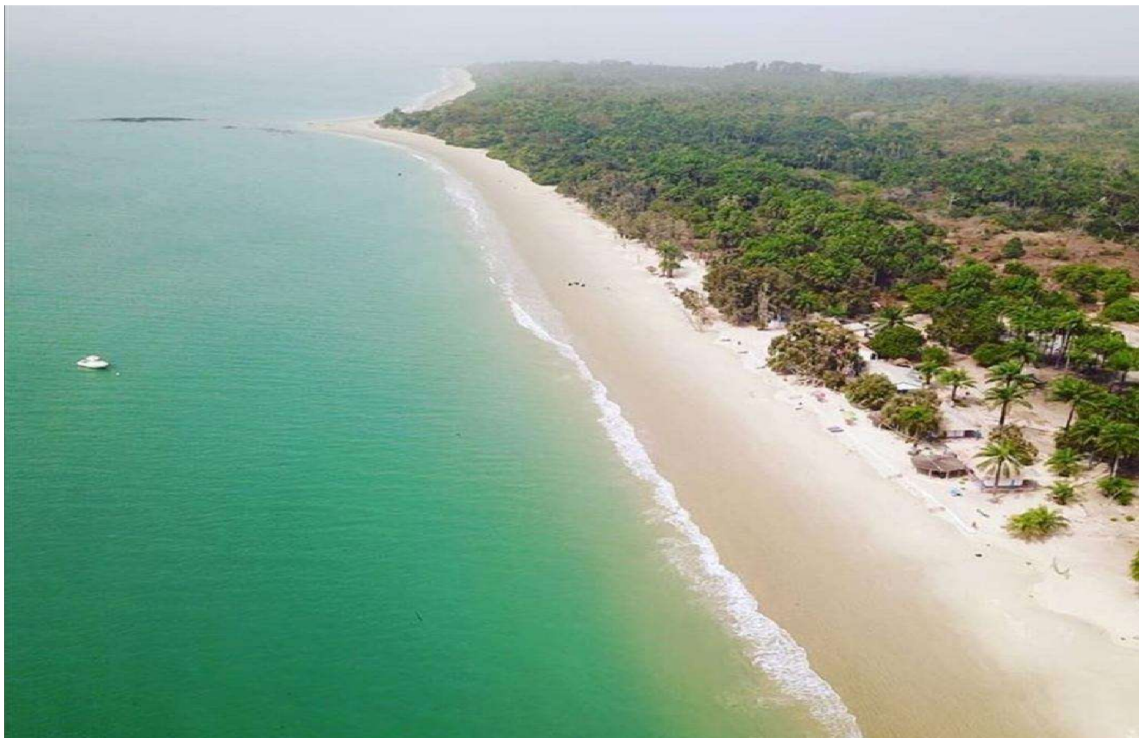


Imagem 7: Ilha de Rubane



Imagem 8: Parque natural de Orango



Imagem: Ilha de Keré



Imagem: Cultura em Bissau (Carnaval)

